



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 674/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11072/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço de Água e Esgoto de Parintins – SAAE/Parintins.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Jocivaldo dos Santos de Souza, Diretor Presidente.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 67/2014 (fls. 383/404).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2071/2014-DMP-MPC-ELCM, da Dr. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 405/413).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Água e Esgoto de Parintins. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Notificação ao interessado. Prazo. Recomendação à origem e à próxima Comissão de Inspeção. Comunicação à Receita Federal.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas no sentido de:

9.1- Julgar pela REGULARIDADE, com ressalvas, das contas da SAAE Parintins, referentes ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Senhor JOCIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, conforme art. 22, inciso II, da Lei nº 2423/96, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar multa ao Sr. Jocivaldo Dos Santos De Souza, com base no art. 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96 (Lei orgânica do TCE), referente às restrições do itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 **no valor de R\$ 5.000,00** (cinco mil reais);

9.3- Notificar o Sr. Jocivaldo dos Santos de Souza com cópia do Relatório/voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDAO Nº 674/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação;

9.5- RECOMENDAR ao SAAE de Parintins:

9.5.1- Sejam observados e cumprido os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art. 4º da Resolução 07/02-TCE

9.5.2- Crie seu controle interno o mais breve possível e cumpra o inciso III do artigo 10, da Lei Estadual nº 2.423/96

9.5.3- Comprove se houve recolhimento ao erário municipal do montante de R\$ 35.625,03, referente ao IRRF

9.5.4- Justifique o valor de R\$ 86.558,37, concernente ao registro inicial no balancete razão de 2010

9.6- RECOMENDAR à próxima Comissão de Inspeção:

9.6.1- Verifique o cumprimento da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no tocante ao tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido dispensado as microempresas e as empresas de pequenos portes nas aquisições de Bens e Serviços (Restrição nº 2);

9.6.2- Certifique quanto à criação, regulamentação e execução da lei de criação do controle interno do órgão (Restrição nº 4);

9.6.3- Confirme se houve levantamento pelo setor contábil do SAAE para depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais de exercícios anteriores e sua adequação a nova Contabilidade Pública, subsidiadas pela NBC-T SP 16.9 RESOLUÇÃO CFCNº. 1.136/08 (Restrição nº 6);

9.6.4- Comprove se foi implementado o sistema informatizado de Patrimônio para controle e cumprimento das novas normas contábeis aplicadas ao setor público, bem como, tombamentos dos citados bens à luz do artigo 94 da Lei nº 4.320/64 (Restrição nº 10);

9.6.5- Ateste se houve recolhimento ao erário municipal do montante de R\$ 35.625,03, referente ao IRFF;

9.6.6- Justifique o valor de R\$ 86.558,37, concernente ao registro inicial no balancete razão de 2010;

9.6.7- Determine a DICAP que adote as medidas devidas quanto à ausência dos contratos temporários, o que contraria os artigos 2º, 6º e 7º §3º e 15 alínea “d”, da Resolução TCE nº 04/96, c/c os artigos 259 e 260 da Resolução nº 04/2002RICE (restrição nº 13).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 674/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.7- Comunicar à Secretaria da Receita Federal sobre a ausência de comprovação de recolhimento do IRRF.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Raimundo José Michiles, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral